



Declaração de Voto

Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2012

No ano de 2012, cuja análise das contas e relatório de gestão do Município está agora em escrutínio público, através da discussão e deliberação nesta AM em representação do eleitorado alcochetano, agravou-se a crise social, económica e financeira do País, o que, aliás, obrigou o governo a renegociar o prazo do pacote de ajuda externa com o FMI, a UE e o BCE.

E, paradoxalmente, foi mesmo este contexto que proporcionou algo que de outra forma não “forçada” muito dificilmente seria atingível com a atual gestão camarária CDU:

- a implementação de medidas de contenção das despesas correntes cujo total, registou uma diminuição, embora diminuta e que se não fosse o elevado serviço da dívida até poderia ser maior a sua diminuição;
- e a redução efetiva das despesas com pessoal em 2012 face ao ano anterior.

O PS considera estas questões a face positiva, pelo menos para o Concelho, da aplicação no País do chamado memorando da Troika.

Como dissemos na altura, a prudência e a boa gestão aconselharia a não empolar tanto a receita, nomeadamente nas áreas dos loteamentos e obras, IMT e venda de terrenos, como forma de melhor controlar a despesa e, principalmente, implementar uma política de redução substancial da dívida de curto prazo.

Registe-se que em 4 anos a dívida de curto prazo mais que duplicou, passando de cerca de 3.300.000M€ no final de 2009 para cerca de 7.860.000M€ no final de 2012. Aliás, não podemos deixar de expressar o nosso desagrado e a nossa perplexidade, face à extensa lista de dívidas a terceiros, algumas de valores irrisórios e existentes há mais de 1 ano, fato revelador da gestão do executivo, bem como, as relacionadas com os serviços de saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos, serviços esses, já pagos pelos munícipes.

Registe-se, também, que 39,07% das atividades do Município são financiadas por capitais alheios, quando em 2009 esse valor situava-se nos 27,37%.

Atendendo a que, o grau de execução do PPI foi de 34,12% e que destes, 56% ainda se referem ao Centro Escolar de S. Francisco e que, nos últimos anos, a média da execução orçamental tem ficado sempre à volta deste valor, fica tudo dito.



Como já dissemos há um ano atrás, a opção tomada pela Câmara por valores de endividamento de curto prazo não razoáveis, agravada pela crise financeira e económica do País, tem um preço a pagar que pode ser bem elevado. No caso das empresas credoras locais e de outras pequenas e médias empresas que atravessem dificuldades, as dívidas da Câmara podem ser factor decisivo para a sua manutenção e a sua saúde financeira, podendo até provocar situações de desemprego e de falência.

Conclui-se assim, que a gestão foi demasiado arrojada, senão mesmo irresponsável, face ao período de crise grave e prolongada, a qual deixará sequelas por longos anos, hipotecando o futuro de próximos mandatos e o desenvolvimento do Concelho. E agora que fazer? Para grandes males grandes remédios. E eles aí estão!

Do ponto de vista da saída desta situação, e na sequência dos acordos que a câmara tem vindo a fazer para a reestruturação de algumas das suas dívidas mais significativas, já se está a diferir o prazo de pagamento para horizontes do próximo mandato e, teme-se que qualquer acordo com o Governo (no âmbito do Memorando da Troika para aceder ao fundo financeiro de regularização das dívidas dos Municípios, seja através de contratos de reequilíbrio financeiro, seja de que forma for) passe pela imposição de uma disciplina orçamental de tal forma rígida que não haja, nos próximos anos, disponibilidades para o relançamento do investimento público municipal que ainda é necessário.

Em conclusão, é assim que, embora reconhecendo a correção técnica dos documentos de Prestação de Contas do Município, o voto político neste órgão de fiscalização da atividade municipal por parte do grupo do PS, tem que ser CONTRA, por não concordarmos com a forma de gestão da maioria CDU que conduziu a dívida imediata da câmara a um valor preocupante para uma gestão sustentável e responsável e com reflexos óbvios na própria atividade económica privada do Concelho.

Alcochete, 22 de abril de 2013

A Bancada do Partido Socialista